

EDITORA
UFMG

A REVOLUÇÃO URBANA

Henri Lefebvre



HUMANITAS

ISBN 85-7041-195-2



Como compreender a realidade social que nasce da industrialização e a sucede? Com este livro, publicado há quase trinta anos, Henri Lefebvre anunciava que a sociedade dita industrial encontrava-se a meio caminho de se transformar em sociedade urbana. Trata-se da *urbanização da sociedade*, um processo desconcertante para o pensamento e a ação, pois o urbano ainda não existe enquanto realização efetiva. Ele existe por estar inscrito, enquanto possibilidade, no "real", cuja definição é assim ampliada e enriquecida. O urbano, conceito formulado pelo autor para compreender a sociedade contemporânea e nela atuar, restitui o pensamento dialético em sua plenitude. Através dele pode-se compreender o que o olhar (de)formado pela prática e teoria da industrialização não consegue enxergar.

Junto com *O Direito à Cidade* e *A Produção do Espaço* — o último ainda inédito em português —, este livro faz parte das obras de Henri Lefebvre especificamente dedicadas ao espaço urbano. Nesse momento de seu percurso intelectual, a cidade moderna (e o urbano: a cidade moderna implodida e explodida) é, primeiro, considerada como um direito. Em seguida, passa a ser compreendida e explorada em suas possibilidades práticas, para, finalmente, ser exposta em sua gênese e produção, possibilitando, através da crítica de suas virtualidades bloqueadas, enunciar a sua superação. Assim, Lefebvre não se limitou a oferecer uma caracterização do espaço moderno. O que pretendeu, através da fundação do espaço urbano como problema, foi sobretudo compreender a gênese da sociedade atual e as possibilidades de sua transformação.

O espaço contém possibilidades de emancipação do homem na procura de sua universalidade. Para Lefebvre, assim como para Marx, é o proletariado, que suporta toda a alienação, que contém o germe da superação da sociedade em que vivemos. Do mesmo modo, nas cidades do continente americano, em que pese o privilégio exclusivo da homogeneidade suburbana (e não das centralidades tradicionais urbanas), como as absurdas desigualdades sociais que congregam, provocando processos de segregação e violência até hoje inéditos, é que se podem encontrar práticas indicadoras-reveladoras de transformações urbanas mais radicais.

A ciência e a tecnologia da indústria subverteram o mundo

moderno: das coisas (mercadorias) produzidas no espaço, passamos à produção do espaço. Há então possibilidade de apropriação total do espaço pela sociedade. Essa apropriação, no entanto, encontra-se bloqueada pela fragmentação a que o espaço é submetido: uma fragmentação prática, por sua venda em parcelas, aos pedaços, assim como por uma fragmentação teórica, pela decomposição do espaço nas várias disciplinas que se debruçam sobre o urbano.

JORGE HAJIME OSEKI

Arquiteto e professor da FAU-USP

Filósofo, o francês Henri Lefebvre atravessou o século XX questionando o mundo moderno naquilo que tem de específico e universal. Em sua extensa e admirável obra encontram-se estudos bastante concretos, como os que produziu sobre o fascismo e sobre a realidade social européia e francesa em particular, chegando a trabalhos fundamentais a respeito dos (des)caminhos do pensamento marxista e da ação em seu nome, até seus livros dedicados ao estudo da vida cotidiana, ao conhecimento da produção do espaço e à análise crítica da formação e desenvolvimento do Estado. Entre seus livros publicados no Brasil estão *Lógica Formal/Lógica Dialética*, *Introdução à Modernidade*, *O Direito à Cidade* e *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*.

Lefebvre, Henri

L489r A revolução urbana/ Henri Lefebvre;
tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte:
Ed. UFMG, 1999.

178p. - (Humanitas)

Tradução de: La révolution urbaine

1. Sociologia urbana 2. Economia
urbana 3. Urbanização I. Martins, Sérgio
II. Título III. Série

CDD : 307.3

CDU : 364.122.5

Catálogo na publicação: Divisão de Planejamento
e Divulgação da Biblioteca Universitária - UFMG

ISBN: 85-7041-195-2

S U M Á R I O

	PREFÁCIO	7
CAPÍTULO I	DA CIDADE À SOCIEDADE URBANA	15
CAPÍTULO II	O CAMPO CEGO	33
CAPÍTULO III	O FENÔMENO URBANO	51
CAPÍTULO IV	NÍVEIS E DIMENSÕES	77
CAPÍTULO V	MITOS DO URBANO E IDEOLOGIAS	99
CAPÍTULO VI	A FORMA URBANA	109
CAPÍTULO VII	PARA UMA ESTRATÉGIA URBANA	125
CAPÍTULO VIII	A ILUSÃO URBANÍSTICA	139
CAPÍTULO IX	A SOCIEDADE URBANA	151
	CONCLUSÃO	165
	NOTAS	173

"cidade"

virtual

real

O CAMPO CEGO

O método utilizado nesta exposição não é histórico na acepção habitual desse termo. Apenas aparentemente tomamos o objeto "cidade" para descrever e analisar sua gênese, suas modificações, suas transformações. Em verdade, colocamos primeiramente o objeto virtual, o que nos permitiu traçar o eixo espaço-temporal. O futuro iluminou o passado, o virtual permitiu examinar e situar o realizado. É a cidade industrial, ou melhor, o estilçamento da cidade pré-industrial e pré-capitalista sob o impacto da indústria e do capitalismo, que permite compreender suas condições, seus antecedentes, a saber, a cidade comercial; esta, por sua vez, permite apreender a cidade política à qual se superpôs. Como Marx pensava, o adulto compreende, como sujeito (consciência), e permite conhecer, como objeto real, seu ponto de partida, seu esboço, talvez mais rico e complexo que ele próprio, a saber: a criança. Embora complexa e opaca, é a sociedade burguesa que permite compreender as sociedades mais transparentes, a sociedade antiga e a sociedade medieval. Não o contrário. Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: *regressivo* (do virtual ao atual, do atual ao passado) e *progressivo* (do superado e do *finito* ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo).

O tempo histórico pode ser recortado (periodizado) segundo os *modos de produção*: asiático, escravista, feudal, capitalista, socialista. Esse recorte tem certas vantagens e alguns inconvenientes. Quando é levado longe demais, quando se insiste nos cortes, nas características internas de cada modo de produção, na coesão de cada um como totalidade, a passagem de um a outro torna-se ininteligível, no exato momento em que se destaca e se acentua a inteligibilidade de cada um tomado separadamente. Não há dúvida que cada modo de produção "produziu" (não como uma coisa qualquer, mas como

tempo contínuo

é um processo relativo de tempo.

1.3.2.2.2

uma obra privilegiada) um tipo de cidade, que o "expressa" de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas. Esse aspecto descontínuo do tempo não pode ser levado até o ponto em que a continuidade se torne ininteligível. Na cidade também houve um processo cumulativo relativamente contínuo: acumulação de conhecimentos, de técnicas, de coisas, de pessoas, de riquezas, de dinheiro, depois de capital. Ela foi o lugar de sua acumulação, em que pese o capital ter nascido da riqueza criada no campo e seu investimento industrial ter se voltado contra a cidade.

A teoria marxista da mais-valia distingue a formação da mais-valia, sua realização e sua distribuição. A mais-valia formou-se inicialmente no campo. Essa formação deslocou-se para a cidade na medida em que esta se transformou na sede da produção, do artesanato, depois da indústria. Em contrapartida, o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi o órgão da realização da mais-valia. Na sua distribuição, os mestres das cidades sempre tentaram dela reter uma grande parte (maior que o lucro médio de seus investimentos). Nos três aspectos da mais-valia, o centro urbano desempenha um papel cada vez mais importante. O que define uma função essencial e, no entanto, desconhecida (despercebida), da centralidade urbana no modo de produção capitalista. O que torna inexata a afirmação segundo a qual a cidade de outrora e atualmente o centro urbano são apenas superestruturas, não tendo relação alguma com as forças produtivas e o modo de produção.

O eixo espaço-temporal permite situar algumas relações entre a cidade e o campo, e suas transformações. Ele não retém todas, nem as contém totalmente. Por exemplo, ele não contém nem as condições, nem os elementos dos conceitos ligados a essas relações: a natureza (a physis) e o logos (a razão). Ele não mostra a genealogia da idéia de Natureza e suas aventuras. O esquema indica uma inversão de situações, na história européia, no momento do que comumente se denomina o Renascimento. No curso dessa fase crítica, o que exatamente acontece com os conceitos e representações que essas palavras — natureza, razão — designam? Modificando-se profundamente a relação "cidade-campo", houve correspondência ou distorção entre essas modificações e as dos conceitos? A

singular polissemia dessas palavras — natureza, razão — pode ser analisada e elucidada em função da história aqui indicada? Talvez. Por que há o fetichismo da Natureza ao final do século XVIII e primórdios do XIX? O que se entendia por isso? Não houve uma dupla negação da natureza, enquanto anterior ao pensamento e à ação “humanos”? Dupla negação pela cidade e pela indústria que a fez transparecer e brilhar novamente? Desde esse momento, a Cidade aparece como segunda natureza, pedra e metal, erigida sobre a natureza inicial e fundamental, a dos elementos, a terra e o ar, a água e o fogo. Essa segunda naturalidade adquire seu paradigma, seu sistema de oposições pertinentes: o brilhante e o sombrio, a água e a pedra, a árvore e o metal, o monstruoso e o paradisíaco, o rugoso e o polido, o selvagem e o artificial. Nos e pelos poetas (Hugo, Baudelaire). Mas isso nos remete aos mitos da cidade, sobre os quais falaremos mais tarde. No entanto, o que ocorre com a tentativa, inerente ao espaço urbano, de reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e a cultura? Não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas, humanas e inumanas. O que dizer, portanto, dos jardins e parques que fazem a qualidade urbana de Paris como de Londres, de Tóquio ou de Nova Iorque, da mesma maneira que as praças e o arruamento? Tais espaços seriam o lugar de uma correspondência unilateral, ou quase, entre a cidade e o campo? Seriam a re-presentação sensível de um alburno, a u-topia da natureza? O referencial indispensável para que se situe e se perceba a realidade urbana? Ou, ainda, seriam simplesmente o elemento neutro do conjunto urbano? O que ocorre com essas funções (essas realidades multifuncionais ou transfuncionais) nos “espaços verdes”? São transformadas? O problema não foi resolvido, arbitrariamente e sem consciência, por essa neutralização do espaço não edificado, ilusoriamente voltado à uma natureza fictícia, o “espaço verde”?

Jardim

36

Esses aspectos da problemática urbana (que não são menores e vão além das imagens banalizadas do “meio ambiente”, posto que supõem uma análise) não figuram no esquema. Contudo, fazem parte da fase crítica. Ela os contém. Seguindo a metáfora empregada, diremos que essa fase comporta um branco (um vazio), ou um momento sombrio (uma “caixa preta”),

ausência de tempo

... a negação da natureza e do selvagem

ou, ainda, que ela designa um *campo cego*. Na fase crítica, a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os "elementos" estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem uma guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na Terra. Pode-se, desde agora, conceber um "socialismo" bem diferente do que se entende por tal palavra, e daquele que Marx definiu. Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral (ainda raros numa grande parte mal desenvolvida do planeta, mas superabundantes na parte desenvolvida). Ao contrário, os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz. Não se imporá a gestão coletiva das novas raridades? A não ser que se imponha a produção ou re-produção de tudo que foi a "natureza"...

Assim se determina a problemática parcial relativa à "natureza". Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a "natureza" real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca. Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante. Todos os "significantes flutuantes" que a retórica utiliza se agarram à sua re-presentation para encontrar um sentido e um conteúdo (ilusórios). O que não tem mais sentido procura reencontrar um sentido pela mediação do fetiche "natureza". Rara, fugidia, devastada, resíduo da urbanização e da industrialização, a natureza é reencontrada por toda a parte, na femininidade, como no menor objeto. Quanto aos "espaços verdes", última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças? O espaço assim neutralizado numa degradante democratização tem por símbolo a "square". O urbanista obedece passivamente às pressões do número e do menor custo; a própria funcionalidade que ele crê conceber

Bandeira da Racionalidade: espaço, tempo, desejo - é que tem luz
espaço neutralizado

NT 2A

Natura Signos

V. Kolomoj
1980, 88

natureza (signos) fetiche

NT 2A
SIGNOS

reduz-se à ausência de funções "reais", reduz-se à função do puro olhar.

Fase crítica. Caixa preta. Ora confundidos num duo ambíguo, ora gêmeos, ora irmãos inimigos, ora associados distantes e rivais, o arquiteto e o urbanista examinam a caixa preta. Eles também sabem o que nela entra. Surpreendem-se com o que dela sai. Não sabem o que nela se passa. Nosso esquema não o diz. Ele supõe, sobretudo, que a cidade (a *cité*) foi o lugar das criações e não simples resultado, simples efeito espacial de uma criação que ocorreu noutro lugar, no Espírito, na Razão. Ele estipula que o urbano pode tornar-se "objetivo", isto é, criação e criador, sentido e fim. Resta demonstrá-lo.

Três camadas. Três épocas. Três "campos", não apenas de "fenômenos sociais", mas de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais:

- o rural (camponês),
- o industrial,
- o urbano,

com emergências, interferências, desencontros, avanços e atrasos, desigualdades de desenvolvimento e, sobretudo, transições dolorosas, fases críticas. Eis, portanto, o que se evidencia do balizamento do eixo espaço-temporal, das hipóteses teóricas em curso de verificação. Entre duas épocas, no meio, no corte, ou nas dobras (nos nossos dias: entre o industrial e o urbano), o que há? Capas verbais, "significantes flutuantes" soltos, cujo significado (a indústria, racionalidade e prática) não é mais suficiente, ainda que permaneça necessário. Essas capas verbais, errantes acima de seu solo natal, não podem se prender nem a um "sujeito filosófico", nem a um "objeto privilegiado", nem a uma "totalização histórica". Pode-se observá-las como se contempla, do avião, as camadas e capas de nuvens. Eis aqui, muito alto, muito leves, os cirros da antiga filosofia. E os nimbos da racionalidade. E os pesados cúmulos dos cientificismos. Todos linguagens ou metalinguagens a meio caminho entre o real e o fictício, entre o realizado e o possível. Vão à deriva, escapando dos sortilégios dos filósofos feiticeiros.

Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem campos cegos. Não somente



Capas verbais



camadas
épocas — capas verbais
campos — campos cegos

obscuras, incertas, mal exploradas, mas cegas no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. Paradoxos. O olho não se vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Essês paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe campo que não se vê?

Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo — o urbano —, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *reductor* da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver.

O urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana), não o vemos. Nós ainda não o vemos. Será simplesmente o olho formado (ou deformado) pela paisagem anterior que não pode ver um novo espaço? Tratar-se-á simplesmente do olhar cultivado pelos espaços aldeões, pela magnitude das fábricas, pelos monumentos das épocas passadas? Há isso, como há mais e outra coisa. Não se trata somente de uma ausência de educação, mas de uma ocultação. O que olhamos, na verdade, não enxergamos. Quantas pessoas percebem "perspectivas", ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos! Não podem saltar do cotidiano — fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo dos produtos da indústria — para o urbano, que se libertaria desses determinismos e coações. Não sabem construir uma paisagem, compondo e propondo uma idéia da feiúra e da beleza especificamente urbanas. A realidade urbana, antes de nascer e de se afirmar, se vê reduzida, de um lado, pelo rural (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes) e, de outro, pelo cotidiano industrial (as moradias funcionais, as vizinhanças, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios), *cotidianidade* submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado, à trivialidade e, de outro, à especialidade. Em poucas palavras:

O moderno redigiu, na língua em si mesma.

38 o urbano reduz-se ao industrial. A cegueira, o não-ver e o não-saber, implicam uma ideologia. Os campos cegos instalam-se na re-presentação. Há, de início, a apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupá-los. Em seguida, há a re-presentação, a interpretação dos fatos. Entre esses dois momentos, e em cada um deles, intervêm desconhecimentos, mal-entendidos. O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira.

40

39 Campos cegos? Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, "cego", e um termo objetivo, o "campo" (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra ou reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo *filosófica e cientificamente*, isto é, na análise dita filosófica e no conhecimento.² Não se trata mais da distinção trivial entre o que fica na sombra e o que é iluminado, mesmo se acrescentarmos que a "iluminação" intelectual tem limites, afasta ou menospreza isto ou aquilo, projeta-se aqui e não ali, põe aquilo entre parênteses e isto em evidência. E isso não é tudo: há o que não se sabe e o que não se pode elucidar.

O que existe no campo cego é o *insignificante*, cujo sentido será atribuído pela pesquisa. Antes de Freud, o sexo era significativo? Sim. De pecado, de vergonha. Ao menos na cultura ocidental (judaico-cristã). Ou de sistematização ideal, na poesia, para alguns poetas. Atribuir-lhe sentido era um ato. O sexo, antes de Freud, era ao mesmo tempo afastado, dilacerado, reduzido, recusado (recalcado). Ele se apresentava no campo cego, povoado de sombras e de fantasmas, expulso do concreto por uma pressão impiedosa, por uma alienação essencial. Nada mais propício a um "claro-obsuro místico".

O *inconsciente* seria a substância ou a essência dos campos cegos? Mas esses campos são campos: eles se oferecem à exploração. Eles a aguardam. São virtualidade para o conhecimento e possibilidade para a ação. Por que e como permanecem cegos? Má-fé, mal-entendido, desconhecimento (falso conhecimento e, talvez, falsa consciência) têm um papel. Portanto, seria mais exato falar do desconhecido que do inconsciente. Entretanto, esses termos não bastam. Por que "eu" (ou "nós", ou "se") me recuso a ver, perceber, conceber, isto ou aquilo?

Por que cego?

39 41
Por que fazemos de conta que não estamos vendo? Como chegamos a isso? Existem zonas "incultas" (não apropriadas) do próprio corpo, inclusive o sexo. No entanto, os campos cegos são, ao mesmo tempo, mentais e sociais. Para compreender sua existência, é preciso reportar-se ao poder das ideologias (que iluminam outros campos ou fazem surgir campos fictícios) e, por outro lado, ao poder da linguagem. Não existe "campo cego" ora quando a linguagem está ausente, ora quando há abundância e redundância de metalinguagem (discurso sobre o discurso, significantes flutuantes longe dos significados)?

39
Voltemos ao contraste entre o cegante e o cegado. O cegante é a fonte luminosa (conhecimento e/ou ideologia) que projeta o fecho de luz, que ilumina *albures*. O cegado é o olhar ofuscado; é também a zona deixada na sombra. De um lado uma via se abre à exploração; de outro, há uma barreira a romper, uma sanção a transgredir.

BR
Três campos ou domínios, dissemos. Poderíamos também dizer que houve descoberta, emergência, constituição ou criação históricas, de três continentes: o agrário, o industrial, o urbano. Por analogia com a descoberta das matemáticas, depois da física, depois da história e da sociedade, no processo do conhecimento, sucessão reconhecida pela epistemologia. Todavia, não se trata de "cortes" na acepção que a epistemologia contemporânea confere a esse termo. Não somente existem simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses *momentos* (esses "continentes") coexistem, não só uma tal noção de "corte" lançaria à cegueira as relações de produção e de classes, como, de modo mais geral, os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana. Eles acumulam os problemas, sem por isso acumularem as riquezas. Pode-se dizer também que esses momentos correspondem à triplicidade que se reencontra, acentuada diferentemente, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição. À *necessidade* corresponderia o período agrário, produção limitada, submetida à "natureza", atravessado por catástrofes e fome, domínio da escassez. Ao *trabalho*, corresponderia o período industrial, produtivo até fetichizar a produtividade, devastando a natureza, inclusive aquela que vive ou sobrevive no "ser humano". A sociedade urbana corresponderia à *fruição*? Não basta afirmar, é preciso demonstrar.

Três campos. Não se trata de uma perspectiva histórica, ou econômica, ou sociológica, mas de uma concepção global, duplamente: no que concerne à sucessão dos períodos, e no que concerne a cada um deles. O termo "campos" não designa apenas camadas sucessivas ou superpostas de fatos, de fenômenos, mas modos de pensamento, de ação, de vida.

O campo "camponês-rural" compreende uma re-presentation do espaço, ou, se quisermos, uma grade espacial, implicando a orientação, a demarcação, a capacidade de se apossar dos sítios e de nomear os lugares (os lugares nomeados, topias em espaços definidos, vinculados às particularidades da "natureza"). Ele supõe uma espontaneidade fortemente controlada pela ação incessante de uma comunidade. O que não ocorre sem particularidades mentais e sociais, sem originalidades devidas à *origem* dos grupos (etnias, climas, contextos geográficos, produções "naturais" organizadas pelo trabalho agrícola etc.). As particularidades de tais grupos encontram sua expressão privilegiada na combinação de duas atividades, não obstante distintas e mesmo opostas tendencialmente: a magia e a religião. Padres e feiticeiros são necessários. Devido à sua dupla operação, os ritmos e os ciclos simples (dias, estações, anos) se instalam nos grandes ciclos cósmicos. Um pensamento imediato — que também é pensamento do imediato (do que acontece aqui e agora, do que é preciso fazer hoje ou amanhã) — integra-se num pensamento mais vasto e mais amplo, que compreende vidas inteiras, seus acontecimentos — nascimentos, casamentos, mortes e funerais —, bem como a sucessão das gerações. Os feiticeiros encarregam-se do imediato, os padres, do mundo. Será preciso lembrar que o "rural-camponês", apesar de primordial e longamente dominante, só se formou, indubitavelmente, sob a ação de conquistadores, de administradores instalados na cidade política? Uma tal cidade tem existência tão-somente política, de dominação sobre os camponeses, cujas vagas a inundam, a nutrem e, por vezes, a submergem. A cidade política ainda não é o "urbano". Apenas seu pressentimento. Todavia, em que pese o fato de a cidade política encontrar-se tão enraizada quanto as comunidades camponesas e fortemente marcada por essa circunvizinhança, a divisão (fundamental) do trabalho entre os dois fragmentos da sociedade já tomou forma. À distinção entre a cidade e o campo vinculam-se as oposições destinadas a se desenvolverem:

38,40

trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria. Oposições inicialmente complementares, virtualmente contraditórias, depois conflituosas. Ao campo correspondem formas de propriedade fundiária (imobiliária) tribais e mais tarde feudais. A cidade correspondem outras formas de propriedade: mobiliária (no começo pouco distinta da imobiliária), corporativa, mais tarde capitalista. No curso dessa pré-história reúnem-se os elementos e as formas que farão a história ao se separarem, ao se combaterem.

Homogeneidade

O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta. Em nome do quê? Da razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia. Tudo serve para legitimar, para entronizar uma ordem geral, que corresponde à lógica da mercadoria, a seu "mundo" realizado à escala verdadeiramente mundial pelo capitalismo e pela burguesia. Pergunta-se, às vezes, se o socialismo pode se afastar desse reino da economia política. Esse projeto de racionalidade generalizada constrói literalmente o vazio diante de si. Devasta pelo pensamento antes de devastar pela eficácia. Cria o campo cego, porque deserto. Em que consiste o projeto de uma racionalidade universal? Na extensão, a todas as atividades, de uma experiência, a da divisão manufatureira do trabalho. Na empresa, os trabalhos são divididos e organizados de modo a se complementarem sem que os produtos e os próprios trabalhos passem pelo mercado. O grande intento da era industrial é o de estender à divisão social do trabalho a eficácia da sua divisão manufatureira. Projeto sempre retomado, jamais realizado. A divisão social do trabalho se acentua (sem por isso organizar-se racionalmente) até pulverizar-se em atividades separadas, tanto nos trabalhos produtivos materialmente como no trabalho improdutivo, mas socialmente necessário (intelectual, científico). A fragmentação analítica é levada a tal ponto que a unidade (síntese) pretensamente proporcionada pela religião, pela filosofia, pelo Estado, ou por determinada ciência promovida à posição dominante, superpõe-se artificialmente à pulverização das "disciplinas", das leis e dos fatos. A organização geral, isto é, espaço-temporal, da prática social tem a aparência de uma racionalidade completa porque é feita de ordens e coações. O espaço-tempo homogêneo que essa prática se esforça para

O campo industrial impõe a homogeneidade

realizar e encerrar é preenchido por uma multiplicidade de objetos, de atividades parcelares, de situações e de pessoas em situação, povoamento cuja coerência é apenas aparente, ainda que essa aparência se fortaleça através de sistematizações imperiosas. Da "cidade industrial", mostramos o caráter suspeito. Ela existe? Nesse sentido, sim. Noutra, não. Trata-se de uma cidade fantasma, uma sombra de realidade urbana, uma análise espectral de elementos dispersos e exteriores reunidos pela coação. Várias lógicas se confrontam e por vezes se chocam: a da mercadoria (levada ao limite de tentar a organização da produção de acordo com o consumo); a do Estado e da lei; a da organização espacial (planejamento do território e urbanismo); a do objeto; a da vida cotidiana; a que se pretende extrair da linguagem, da informação e da comunicação etc. Cada lógica pretendendo ser, ao mesmo tempo, restritiva e completa, eliminando o que não lhe convém, declarando que vai e quer governar o resto do mundo, converte-se em tautologia vazia. Assim, a comunicação transmite unicamente o comunicável etc. Porém, todas as lógicas e todas as tautologias se encontram. Por um lado, elas têm um lugar comum: a lógica da mais-valia. A cidade, ou o que dela resta, ou o que ela se torna, serve mais que nunca à formação de capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais-valia. Por outro, tais lógicas e tautologias negam a natureza. Negação que nada tem de abstrata, que não é especulativa. Rejeitando as particularidades, a racionalidade industrial devasta, pura e simplesmente, a natureza e tudo o que é do domínio da "naturalidade". O que se traduz por uma obsessão, por um estado segundo das consciências, do pensamento e da linguagem.

⊕ O pensamento analítico, que se crê e pretende ser racionalidade integral (integrante-integrada), opera com eficiência apenas como intermediário. O reino da finalidade racional se transforma, portanto, em importância dos intermediários de toda espécie. De fato, essa racionalidade decorre de uma extensão abusiva: aquela dos procedimentos organizacionais e operações inerentes à empresa. Ela confia as tarefas parciais a coadjuvantes sociais que se esforçam para se afirmar e alcançar a autonomia: os burocratas, os comerciantes, os publicistas e publicitários. Uma vez que a regra é o desenraizamento generalizado e as separações, um mal-estar geral acompanha a satisfação vinda da ideologia, do consumo, do

R
predomínio do racional. Tudo torna-se calculável e previsível, quantificável e determinável. Tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Tudo, salvo um resíduo de desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido com uma terrível fúria repressora. Trata-se, então, do período no qual a "história" se precipita, pondo a nu as particularidades e aniquilando quem ou o que tinha privilégio ou eminência, tanto obras como pessoas. Trata-se de uma época de guerras e revoluções que abortam no momento em que parecem culminar no culto do Estado, no fetichismo da produção, coroamento, ele próprio, do fetichismo do dinheiro e da mercadoria.

Finalmente advém a era do urbano. Aqui, nos limitaremos a mostrar, globalmente, que há um novo campo ainda ignorado e desconhecido. Com esse novo período relativiza-se o que passava por absoluto: a razão, a história, o Estado, o homem. Diz-se, então, que essas entidades e fetiches morrem. Há algo de verdadeiro nessa afirmação, mas os fetiches não morrem da mesma morte. A morte do "homem" só afeta aos filósofos. O fim do Estado não pode ocorrer sem tragédia. Do mesmo modo como o fim da moral, o fim da família. O pensamento reflexivo se deixa fascinar por tais dramas com mais frequência; ele afasta seus olhares do campo que se abre e que permanece cego. Para explorá-lo, para vê-lo, é necessário uma conversão que abandone a ótica e a perspectiva anteriores. Nessa nova época, as diferenças são conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas, e ganham significados. Essas diferenças mentais e sociais, espaciais e temporais, destacadas da natureza, são retomadas num plano mais elevado: o de um pensamento que considera todos os elementos. O pensamento urbanístico (não estamos dizendo: o urbanismo), isto é, a reflexão acerca da sociedade urbana, reúne os dados estabelecidos e separados pela história. Sua fonte, sua origem, seu ponto forte não se encontram mais na empresa. Ele não pode colocar-se senão do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da forma urbana. Conseqüentemente, ele reencontra, num nível superior, numa outra escala, após a explosão (negação), a comunidade, a cidade. Ele recupera os conceitos centrais da realidade anterior para restituí-los num contexto ampliado: formas, funções, estruturas urbanas. O que se constitui é um espaço-tempo

44 O pensamento urbanístico não tem mais seu ponto forte na empresa. Ao contrário, ele reencontra a comunidade.

renovado, topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico; que justapõe as particularidades locais), como do espaço-tempo industrial (que tende para a homogeneidade, para a unidade racional e planificada das coações). O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial — por seu projeto de homogeneidade —, aparece como diferencial, cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. Esse espaço-tempo se define por propriedades *unitárias* (globais: constitutivas de conjuntos, de grupos em torno de um *centro*, de centralidades diversas e específicas), assim como por propriedades *duais*. Por exemplo: a rua é uma *ruptura-sutura*. Melhor ainda, é preciso distinguir, sem as separar, a localização e a troca, a transferência das informações e o transporte dos bens materiais. Para definir tais propriedades do espaço diferencial urbano (do tempo-espaço), introduzimos conceitos novos, como *iso-topia* e *hetero-topia*, completados pelo de *u-topia*. Denominamos *iso-topia* um lugar (topos) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos),³ isto é, o que faz um *mesmo lugar*. Se noutra parte existe um lugar homólogo ou análogo, ele entra na isotopia. Entretanto, ao lado do “lugar mesmo”, há o lugar outro, ou o outro lugar. O que o torna outro? Uma diferença que o caracteriza, situando-o (situando-se) em relação ao lugar inicialmente considerado. Trata-se da *hetero-topia*. Desde que se considere os ocupantes dos lugares, a diferença pode ir até o contraste fortemente caracterizado, e mesmo até o conflito. Esses lugares são relativos uns aos outros no conjunto urbano, o que supõe a existência de um elemento neutro, definido aqui ou ali, que pode consistir na ruptura-sutura dos lugares justapostos: a rua, a praça, o cruzamento (de caminhos e percursos), ou então o jardim, o parque. E agora há também o alhures, o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar. A verticalidade, ou seja, a altura erigida não importa a que ponto a partir do plano horizontal, pode tornar-se a dimensão do alhures, o lugar da ausência-presença: do divino; da potência; do meio-fictício meio-real; do pensamento sublime. O mesmo ocorre com a profundidade subterrânea, verticalidade inversa. É evidente que, nesse sentido, o *u-tópico* nada tem em comum com o imaginário abstrato. Ele é real. Ele está no coração desse real, a realidade urbana, que não está, ela própria, desprovida dessa semente. No espaço urbano, o alhures está

em toda parte, e em nenhuma parte. Foi assim desde que existiram cidades e que, ao lado dos objetos e atos, emergiram situações, sobretudo as das pessoas (indivíduos e grupos) vinculadas à divindade, ao poder, ao imaginário. Espaço paradoxal, onde o paradoxo converte-se no avesso do cotidiano. Em toda parte a *monumentalidade* se difunde, se irradia, se condensa, se concentra. Um monumento vai além de si próprio, de sua fachada (se tem uma), de seu espaço interno. À monumentalidade pertencem, em geral, a altura e a profundidade, a amplitude de um espaço que ultrapassa seus limites materiais. Não há nada, nas cidades antigas, que tenha escapado à monumentalidade, que era plural (pluralidade: edifícios sagrados, edifícios políticos, palácios, lugares teatralizados de encontros, estádios etc.). Nesse sentido, o que não tem lugar — a divindade, a majestade, a realeza, a justiça, a liberdade, o pensamento — em toda parte encontra-se no seu lugar. Não sem contradições.

Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de *tudo* o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto *pode* tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrado e poli(multi)cêntrico*. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas. O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e

aproximações, na atração pela velocidade “até na cidade”. É a u-topia (real, concreta). Assim se realiza a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante, numa *realidade diferencial* na qual esses termos não mais separam, mas se transformam em diferenças imanentes. Um pensamento a caminho da unidade concreta efetua a retomada (seletiva) das particularidades, promovidas à posição de diferenças: locais, regionais, nacionais — étnicas, lingüísticas — éticas, estéticas etc. Apesar dos esforços da homogeneização pela técnica, apesar da constituição de isotopias arbitrárias, ou seja, de segregações e separações, nenhum lugar urbano é idêntico a outro. Esta análise pode parecer formal. Com efeito, ela corresponde a Nova Iorque, a Tóquio, assim como a Paris. É a sociedade urbana que ela quer esclarecer, com sua dialética imanente, que prolonga, num plano novo, o passado e o futuro. Com esse pensamento unitário e diferencial, talvez penetremos num período que não é mais aquele da história, onde particularidades se enfrentavam, onde o homogêneo lutava contra o heterogêneo. Agrupamentos, encontros, reuniões (não sem conflitos específicos), suplantariam a luta entre elementos separados tornados antinômicos. Nesse sentido, isso seria uma *pós-história*.

Assim, o urbano, considerado como “campo”, não é concebido simplesmente como espaço vazio repleto de objetos. Se há cegueira, não se deve apenas ao fato de não se ver os objetos e o espaço parecer vazio. O urbano? É um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente. A cegueira consiste em não se ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se ver coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada). No que concerne ao urbano, há uma dupla cegueira. Seu vazio e sua virtualidade são ocultos pelo preenchimento. O fato desse preenchimento ter o nome de *urbanismo* ofusca o cego mais cruelmente. Ademais, o preenchimento advém da época que caminha para seu fim: da industrialização, dos objetos e produtos, das operações e técnicas da indústria. O urbano, velado, escapa ao pensamento que se cega e se fixa apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual.

Penso, 188.

As descontinuidades (relativas) entre o industrial e o urbano encontram-se, assim, mascaradas e ilusoriamente sedimentadas (assim como estiveram e freqüentemente ainda estão entre o rural e o industrial). Caso não tivesse havido cegueira no que concerne à indústria, às suas possibilidades e exigências, ser-lhe-ia permitido invadir o mundo, devastar a natureza, semear o planeta de horrores e de feiúras numa história sangrenta? Ter-se-ia confiado sem limites em sua racionalidade? Tais considerações parecerão utópicas. Mas elas são utópicas! E, no entanto, o que pensaram, o que projetaram, Saint-Simon, de início, e Marx, em seguida, senão *dominar* e *orientar* o processo de industrialização? Para eles não se tratava de compreender um processo cego deixando-o na cegueira, nem de se limitar a um simples esclarecimento. Hoje, a própria realidade urbana, com sua problemática e sua prática, encontra-se oculta, substituída por representações (ideológicas e institucionais) que têm o nome de urbanismo. Este tapa o fosso, preenche o vão. Tema ao qual teremos que retornar.⁴

417

A confusão entre o industrial (prática e teoria, sejam capitalistas ou socialistas) e o urbano leva, numa hierarquia de ações, a subordinar este àquele, considerando-o como um efeito, um resultado, ou um meio. Tal confusão tem graves conseqüências. Dela resulta um pseudoconceito do urbano, a saber, o *urbanismo*, isto é, aplicação da racionalidade industrial e evacuação da racionalidade urbana.

— A transição, difícil, é portanto metodológica e teórica, tanto e mais que empírica. —

A cada era correspondem formas específicas de autoritarismo, de reformismo, de revolução. Poder-se-ia igualmente dizer que cada período, cada era ou “esfera”, teve suas próprias alienações e desalienações, confrontando-se num processo próprio a cada um. No primeiro campo, na esfera da agricultura, vimos historicamente crescerem e florescerem a família e a sociedade patriarcais (da qual o escravismo pode passar por um desenvolvimento), depois, a família e as relações sociais da feudalidade (ao menos na Europa, onde a feudalidade se estabelece numa base territorial, o senhor sendo mestre “eminente” de um feudo, chefe de uma ou de várias aldeias). Com a transformação da estrutura agrária, em geral no sentido de uma concentração da propriedade, a história retém as lembranças de inúmeros movimentos revolucionários: revoltas locais ou

generalizadas, *jacqueries*, banditismo, bandos de “*justiciers*”⁵ animados por ideologias diversas, quase sempre místicas. Enfim, a concentração da propriedade nas mãos de senhores feudais associados ou rivais, depois nas de uma burguesia ela própria associada aos senhores feudais, ou deles rival, engendrou projetos de *reforma agrária*. A “fome de terra” e o programa visando uma vasta transferência de propriedade impulsionaram movimentos revolucionários, transformando a sociedade inteira: revolução francesa de 1789, revolução russa de 1917, revoluções chinesa e cubana.

No que concerne ao período da industrialização, ele fez nascer um *paternalismo* do chefe de empresa (patrão), deveras conhecido para que nele nos detenhamos. O que aconteceu, e ainda acontece, é a superposição e consolidação do patriarcalismo (camponês) e do paternalismo (industrial) para engendrar a figura do Chefe de Estado perfeito. A industrialização, tendo exigências muito fortes (acumulação do capital, utilização de todos os recursos de um país, organização planejada estendendo a racionalidade empresarial ao conjunto de um país), leva a conseqüências políticas contraditórias: revoluções e autoritarismos. Ambos os processos atuando nos países ditos socialistas. Essas reformas e revoluções nascidas do processo de industrialização confundiram-se, caracterizando o período terminal.

Os sintomas da passagem ao período urbano já se manifestam com força. Um paternalismo urbano, ainda velado pelas figuras das idades precedentes, causa danos; os “notáveis” urbanos que exercem a autoridade ornamentam-se com o duplo prestígio do Pai e do Capitão de indústria. A reforma urbana, que resgataria o solo das servidões devidas à propriedade privada (e por conseguinte da *especulação*) já tem um alcance revolucionário. Continentes inteiros passam das formas anteriores de ação revolucionária à guerrilha urbana, aos objetivos políticos concernentes à vida e à organização urbanas (sem poder omitir nem resolver, por isso, os problemas da organização industrial e da agricultura que se superpõem). Começa o período das revoluções urbanas.

Assim se confirma a concepção, no tempo histórico, dos três campos sucessivos. Pode-se acrescentar que o mais novo, o que emerge, age simultaneamente como *catalisador* e *analisador* do campo, ou melhor, dos campos preexistentes (o agrário e o

O espaço, uma projeção do tempo, que permite dominá-lo, explorá-lo.

industrial). Ele precisa e precipita os traços difusos e confusos destes. Esclarece os conflitos não resolvidos, as contradições, numa reativação notável (por exemplo, nos países da América do Sul). Assim, a ascensão da industrialização, com novas relações de produção (capitalistas) revelou as características da sociedade camponesa (e feudal) aos que as "viviam" sem as conhecer, relações veladas no seio de uma turva transparência.

A hierarquia dessa sociedade (vívda como laços de parentesco e de vizinhança), a exploração (vívda como laço de proteção, como subordinação da comunidade ao senhor "justicheiro") apareceram como tais. Do mesmo modo, hoje o urbano revela o industrial, que aparece como hierarquia reforçada por uma refinada exploração. Os centros (urbanos) de decisão tornam legíveis, no terreno, essas relações complexas. Eles as projetam no solo. A atividade organizadora dos "decisores", apoiada pelos que detêm e gerem os meios de produção, opõe-se nitidamente à passividade dos "sujeitos" que aceitam essa dominação. Poder-se-ia acrescentar (mas isso mereceria uma longa exposição) que as sociedades que não atravessaram uma crise quando da industrialização sem dúvida irão conhecê-la no curso da urbanização, as duas ordens de causas ou de razões podendo se superporem, se associarem, ou se desencontrarem, uma em relação à outra. Com esses conceitos, poder-se-ia estudar a situação atual dos Estados Unidos, da América do Sul, da Ásia não "socialista" etc.

No curso desse vasto processo de transformação, o espaço revela sua natureza, aquilo que ele sempre foi: a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do tempo-espaço.

Tempo

industrial

urbanização

DUAS ORDENS

superposição

associação

desencontros

CAPÍTULO I DA CIDADE À SOCIEDADE URBANA

¹ Para evitar confusões e/ou explicações, manteve-se o termo em francês, empregando-se a palavra cidade apenas para designar *ville*. (N.T.)

² Com bibliografia atualmente considerável, a questão foi retomada depois de um artigo célebre intitulado “Asiaticus” (in: *Rinascita*. Roma, 1963). Cf. os artigos de J. Chesneaux (*La Pensée*, n.114 e 122); M. Godelier (*Les Temps Modernes*, mai 1965). A obra básica continua sendo a de K. A. Wittfogel, *Wirtschaft und Gesellschaft Chinas*. Leipzig, 1931, tradução francesa em 1964 sob o título: *Le despotisme oriental*. Textos de Marx nos *Grundrisse* e em *O capital*.

³ O termo arrabalde, que em alguns dicionários corresponde a *faubourg*, não parece apropriado para designar as extensões (em geral centros artesanais e de comércio) de certas cidades (medievais) para além de suas muralhas. Na França foram denominados *faubourgs* (de *faux bourg*, falso burgo), em razão de sua localização exterior aos limites da cidade. Com o passar do tempo, integraram-se a esta última e em alguns casos conservam até hoje as antigas denominações. Em Paris, por exemplo, é o caso do *Faubourg Saint-Antoine*, entre outros mencionados pelo autor na seqüência desta obra. (N.T.)

⁴ Aldeias fortificadas e/ou cidades de guarnição construídas no sudoeste francês a partir do século XIV. (N.T.)

CAPÍTULO II O CAMPO CEGO

¹ Pequeno jardim público, geralmente cercado com grades, localizado no meio de uma praça. (N.T.)

² Cf. em particular o livro de J. T. Desenti sobre as *Idéalités mathématiques*. Éd. du Seuil, 1968.

³ A *isotopia* define-se como “conjunto redundante de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme do texto, tal como esta resulta de leituras parciais dos enunciados após a resolução de suas ambigüidades, sendo a própria resolução conduzida pela tentativa da leitura única”. (GREIMAS. *Éléments pour une théorie de l'interprétation du récit*. *Communication*, n.8, p.30; cf. também *Sémantique structurale*, p.96). O conceito encontra-se, assim, ligado a uma leitura do espaço (e do tempo inscrito nesse espaço) urbano. Esse espaço, mais ou menos legível na imagem e nos planos da cidade, pode ser lido de diversas maneiras. Ele suscita diversos léxicos, vários tipos de discursos, como incita muitos percursos. O termo “isotopia”, e seu correlato “heterotopia”, indicam que acontece reunirem-se, situando-se, os discursos e os léxicos em sua pluralidade. Entre os discursos que podem suscitar percursos, destaquemos as formas, as funções, as estruturas urbanas. Quem fala? Quem age? Quem se move no espaço? Um sujeito (individual ou coletivo) que entra nas relações sociais (de propriedade, de produção, de consumo). Assim, a descrição das isotopias e das heterotopias desenvolver-se-á conjuntamente com a análise dos atos e situações dos sujeitos e sua relação com os objetos que povoam o espaço urbano. O que nos leva a uma descoberta, ou melhor, a um re-conhecimento: da *presença-ausência* que contribui para povoar o espaço urbano, do *albures*, da *u-topia* (o que não tem lugar, o que não acontece).

⁴ Para empregar conceitos e uma terminologia que não nos pertencem, diremos que o urbano (contra o urbanismo, cuja ambigüidade torna-se patente) assoma ao horizonte, ocupa lentamente o campo epistemológico, torna-se a *epistémé* da época. A história e o histórico se distanciam. A psicanálise, a linguística, assim como a economia política, após o seu apogeu, começam a declinar. O urbano está ascendendo. O mais importante, porém, não é classificar os campos, os domínios, as “topias” do conhecimento, e sim influir no movimento. Se se quiser denominar esta ação de “prática teórica”, tudo bem, mas ela nada tem em comum com uma cientificidade erigindo-se em princípio que afasta o “vívido” e a *práxis*.

⁵ O termo não foi traduzido por “justiceiro”, como sugerem alguns dicionários, devido à acepção própria que essa palavra possui entre nós. (N.T.)

CAPÍTULO III

O FENÔMENO URBANO

¹ Já podemos assinalar que o *centro urbano* possui esses traços característicos: simultaneidade dos elementos do inventário urbano (objetos, pessoas) fixados e separados na periferia segundo uma ordem (redundante), encontro desses elementos, portanto, desordem e informação máxima: complexificação em relação à periferia, mas também riscos e perigos provenientes desse afluxo. A des-centralidade imobiliza-se na redundância. O estudo analítico e formal (matemático) desses fenômenos pode ocultar a *dialética da centralidade*. Nenhum centro se basta e pode bastar-se. A saturação o torna *impossível*. Ele remete a um *outro* centro, a uma centralidade *outra*. (Cf. *infra*)

² Cf. os trabalhos de Christopher Alexander: *Architecture, mouvement, continuité*, 1967, n.1.

³ Este é o maior obstáculo à extensão da lingüística pós-saussuriana e do modelo saussuriano à teoria dos mitos e da mitologia, da literatura e da narrativa etc. Cf. os trabalhos de M. Lévi-Strauss, de Roland Barthes. Daí a busca de outros modelos.

⁴ Cf. R. Boudon. *A quoi sert la notion de structure*, p. 191 et seq.

CAPÍTULO IV

NÍVEIS E DIMENSÕES

¹ *Zaratroustra*, III. "De la vertu qui rapetisse", 1.

² Essa grade foi construída e verificada a partir do notável espaço urbano de Kyoto (Japão), onde os serviços de arquitetura e de urbanismo consentiram em fornecer ao autor todas as informações úteis: históricas, cadastrais, demográficas etc. No curso de uma breve estada no Japão (ao redor de dois meses) tentei, evidentemente, como primeira aproximação, um estudo do espaço urbanístico e arquitetural desse país a partir das categorias analíticas do pensamento ocidental. As promessas de um tal estudo, comportando, de um lado, o conhecimento dos ideogramas e do tempo-espaço associado, e, de outro, o conhecimento do modo de produção asiático e de suas variantes, implicando o conhecimento da China etc., foram apenas entrevistas. Trata-se

de um espaço histórico anterior ao capitalismo e à indústria, mas altamente complexo.

A obra aqui anunciada e consagrada à análise do espaço (ou melhor, do tempo-espaço) desenvolverá:

- a) o princípio de interação, de interpenetração e de *superposição* dos espaços (dos percursos);
- b) os conceitos de *polifuncionalidade* e de *transfuncional*;
- c) a dialética da centralidade;
- d) as contradições do espaço;
- e) o conceito da *produção* do espaço (do tempo-espaço) etc.

Após esse encadeamento (indo do abstrato ao concreto, do logístico à exploração dialética das contradições do espaço) poder-se-á falar de uma epistemologia urbanística? Talvez, mas com reservas. A constituição de “núcleos”, ou de “centros”, pretensamente definitivos, do saber, nunca ocorre sem riscos. Solidez e “pureza” racionais tendem a uma curiosa segregação, no plano da própria teoria.

³ O autor refere-se à obra *La production de l'espace*, publicada em 1974. (N.T.)

⁴ Cf. KOPP, A. *Ville et révolution*. Éditions Anthropos, 1968.

⁵ Textos do Manifesto de 1919, do catálogo e da revista da Bauhaus (n.4, 1928), reunidos por ocasião da exposição consagrada à Bauhaus pelo Museu de Arte Moderna, Paris, 1969.

⁶ Estas observações visam tanto a R. Garaudy e seu “humanismo marxista”, como a L. Althusser (*Pour Marx*) e L. Sève (*Marxisme et théorie de la personnalité*) etc. É particularmente curioso percorrer, no pensamento marxista (dito marxista), o curso da atitude filosofante, os esforços para mantê-la e defendê-la, para conservar sua abstração como *propriedade privada* de um aparelho (que assim mantém a propriedade privada das idéias).

! Não seria puro *idealismo* estudar as relações sociais sem considerar os lugares (ocupados por essas relações) e a morfologia (material)? A atitude desses filósofos que se dizem materialistas só pode ser explicada pelo poder ideológico do aparelho.

CAPÍTULO V

MITOS DO URBANO E IDEOLOGIAS

¹ Não insistimos no problema já salientado e deixado em suspenso. Como unidades já significantes entram em outras unidades? Há

transformação, invenção, criação de sentido? Ou combinatória expondo combinações ainda desconhecidas? Ou somente metalinguagem, discurso sobre o discurso inicial? Inclinar-nos-emos pela primeira solução, na relação texto-contexto.

² Abreviação para *Habitation à Loyer Modéré*. Traduzindo literalmente, habitação de aluguel moderado. O autor refere-se a habitações cujo equivalente mais próximo entre nós seriam os conjuntos habitacionais. (N.T.)

CAPÍTULO VI

A FORMA URBANA

¹ Trata-se do grande mercado de víveres do centro de Paris desativado nos anos 60. Vale a pena lembrar que esse antigo centro de abastecimento transformou-se, após sua desativação e antes de sua demolição, em centro de atividades culturais. Em uma outra obra, Henri Lefebvre referiu-se ao curto período (1969-1971) em que o espaço de *les Halles* converteu-se em “lugar de encontro e de festa, em centro lúdico para a juventude de Paris”. (Cf. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 2.ed. Paris: Anthropos, 1981. p.194.) (N.T.)

² Pequeno agrupamento de casas isolado de outras construções. (N.T.)

³ Essa teoria da forma envolve e desenvolve a análise do *Direito à cidade* (Éd. Anthropos, 1966). Nesse livro, a cidade é compreendida como: a) *objeto* (espacial); b) *mediação* (entre a ordem próxima e a ordem distante); c) *obra* (análoga à obra de arte, modelada por um grupo). Já a forma unifica esses três aspectos. Aqui, o “direito à cidade” torna-se o direito à centralidade, a não ser posto à margem da forma urbana, a não ser no que concerne às decisões e à ação do poder.

Ademais, mostramos que *a árvore*, isto é, o diagrama da *árvore*:

- a) é uma estrutura rigorosa, coercitiva, permitindo apenas percursos determinados;
- b) que esta estrutura é, ao mesmo tempo, mental e social;
- c) que projeta no terreno uma concepção burocrática (hierárquica) da sociedade;
- d) que sua “cientificidade” dissimula uma ideologia;
- e) que esse esquema é *reductor* da realidade urbana;
- f) que é freqüentemente adotado pelos urbanistas como representativo da ordem urbana, embora seja segregativo;

g) que é freqüentemente adotado pelos urbanistas como representativo da ordem urbana, embora seja segregativo.

Esses temas serão retomados no livro anunciado sob o título *Teoria do espaço urbano*.

CAPÍTULO VII PARA UMA ESTRATÉGIA URBANA

¹ Em francês, *usager*. Embora a palavra aqui utilizada tenha sido usuário, é importante observar que, entre nós, alguns outros pesquisadores da obra lefebvriana preferem se valer do termo usador para designar os momentos em que Henri Lefebvre não se refere apenas às relações estabelecidas no mundo das mercadorias. (N.T.)